



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2008

ACTA Nº 27

Aos onze dias do mês de Junho de dois mil e oito, pelas 21,25 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do artº. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.**
- 2 – Alteração da delimitação da área das Medidas Preventivas do Plano de Pormenor dos Baceiros**
- 3 – Projecto de Regulamento Municipal de Exploração de Máquinas Automáticas, Mecânicas, Eléctricas e Electrónicas de Diversão do Concelho de Palmela**
- 4 – Projecto de Regulamento do Cemitério Municipal de Palmela**
- 5 – Projecto de Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos e de Higiene e Limpeza Urbana do Concelho de Palmela**
- 6 – Desafecção do domínio público de parcela de terreno a favor da União Social Sol Crescente para construção de Centro de Dia em Águas de Moura**
- 7 – Desafecção do domínio público de parcela de terreno a favor da Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

8 – Desafecção de parcela de terreno sita em Pinhal Novo para construção de Lar Residencial destinado a crianças e jovens portadores de deficiência

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Domingos Rodrigues da CDU
- Sr. José Silvério da CDU
- Sr. Dr. Artur Miranda Lemos do PS
- Sr. Engº. Carlos Martins do PS
- Sr. Faustino Santos do PS

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador José Charneira
- Sr. Vereador José Braz Pinto
- Sr. Vereador José Carlos Sousa
- Sr. Vereador Octávio Machado

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. José Silvério, Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão, justificou ausência à sessão de hoje tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Luciano António Pereira da Silva, Tesoureiro da Junta

Solicita a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Agradece a presença do público presente e informa que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Faustino Santos do PS, inicia participação nos trabalhos cerca das 21,30 horas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum munícipe quer intervir. Não havendo intervenções dá início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Informa que tem em seu poder uma Moção do Grupo da CDU que irá ser apresentada de imediato.

Sr. Pedro Ramos da CDU, apresenta cumprimentos a todos os presentes.
De imediato apresenta uma Moção sobre actividade empresarial que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, coloca à votação a admissão da Moção tendo sido admitida por unanimidade com 23 votos a favor (14 CDU, 4 PS, 4 PSD e 1 BE).

De imediato pergunta quem quer intervir na discussão da Moção.

Não havendo intervenções coloca a Moção à votação tendo sido aprovada por maioria com 15 votos a favor (14 CDU e 1 BE) 4 votos contra do PS e 4 abstenções do PSD.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Gostaria de se congratular com um evento que teve o seu término hoje e ao mesmo tempo felicitar a Associação de Festas Populares de Pinhal Novo e toda a comunidade pinhalnovense que se envolveram em mais uma edição das festas que corresponderam às expectativas da população, e dos visitantes, tendo saldado um enorme êxito que contribuiu decisivamente para continuar a afirmar Pinhal Novo como terra de culturas, a vitalidade da freguesia e do concelho.

Gostaria, também, de interpelar a Sra. Presidente da Câmara no sentido de ser esclarecido acerca duma situação que mereceu reparo de muitos pinhalnovenses e que tem que ver com o facto de a Câmara Municipal nas suas viaturas, e noutros suportes informativos, fazer referência a um conjunto de eventos do nosso concelho. São eventos de natureza e iniciativa municipal, quer em colaboração quer em parceria, como foram os casos do Festival Queijo, Pão e Vinho e da Feira do Poceirão. Em relação às Festas Populares de Pinhal Novo não houve divulgação da iniciativa, pelo que gostaria de saber se houve algum motivo especial ou se tem que ver com alguma articulação ou ligação com algum departamento da Câmara para que no futuro, à semelhança do que é feito com as festividades que ocorrem noutras freguesias, as Festas Populares de Pinhal Novo possam aproveitar essa divulgação.

Outra questão que gostaria de falar já tem sido referida por si noutras ocasiões e tem a ver com o investimento de infra-estruturas de iluminação eléctrica na Praça da Independência. O estio já chegou, o calor está por aí e as pessoas certamente vão continuar a sair à rua nesta época e começam a questionar-se sobre o ponto de situação desse investimento. Tem sido um investimento sucessivamente adiado mas como consta este ano no plano de investimentos da Câmara Municipal gostaria de saber se no verão essa obra estará no terreno.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, inicia participação nos trabalhos cerca das 21,35 horas.

Sr. Carlos Vitorino do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo gostaria também de se congratular pela realização das Festas tendo pessoalmente verificado a animação e o movimento havido durante esses dias. Tem um único reparo a fazer e que se prende com aquilo que lhe foi transmitido por alguns munícipes, e que também constatou, sobre o excesso de ruído havido nalguns dias para além das três horas da manhã. Não se tratava de ruído de espectáculos mas sim dos carrosséis, pelo que de futuro essa situação deverá ter um maior acompanhamento uma vez que as diversões podem continuar a funcionar mas com um volume de som mais baixo para não prejudicar ninguém. Sabe-se que nestas situações deverá haver um pouco mais de tolerância mas tem que ser algo temperada.

Na última sessão desta Assembleia o Partido Social Democrata apresentou uma Moção, relativa ao provedor da deficiência, que não foi aprovada mas que neste hiato de tempo já influenciou positivamente algumas situações. Junto ao edifício da Câmara Municipal verifica-se que foi pintado um estacionamento para deficientes, em Pinhal Novo junto à piscina municipal, e por iniciativa da Junta de Freguesia, foi construída uma rampa de acesso ao Multibanco e que atesta a capacidade de intervenção no momento numa situação que em sua opinião já poderia estar resolvida. Espera que pouco a pouco, e paulatinamente, outras situações desta natureza se venham a resolver uma vez que muito há para fazer.

Termina referindo que a Moção não se destinava só a situações de carácter municipal mas também a nível de serviços públicos do poder central que merecem uma análise detalhada.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

A sua intervenção tem a ver com o Plano Director Municipal. Os trabalhos de revisão começaram há cerca de três anos e apesar de sucessivas referências a este tema em sede de Assembleia Municipal nunca houve a possibilidade de, enquanto órgão deliberativo do município, ter uma ou várias reuniões consagradas a este tema vital para o futuro do concelho. Na página vinte e cinco do relatório da actividade municipal verifica uma referência a esta questão, mas a seu ver as jornadas de reflexão havidas sobre o assunto não substituem uma análise meticulosa, do instrumento fundamental de ordenamento e das actividades do território, por parte da Assembleia Municipal e da Comissão Permanente que tem competência nestas matérias e que nunca reuniu. Deste modo faz um apelo à Sra. Presidente da Câmara para que traga a discussão deste tema, o mais urgentemente possível, a este fórum.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que gostaria de falar do momento que o país passa em relação aos combustíveis e de referir que Portugal é pobre mas pior que isso é ter tido gente pobre a dirigir o país.

Já Camões dizia que: *"...um fraco rei faz fraca a forte gente..."* e assim continuamos porque há dezenas de anos que este país perde energia quer seja solar, eólica, marinha e agora é que estão aflitos. Portugal não tem petróleo mas se houvesse gente capaz a dirigir o país e que não governasse com a terra à vista, a contar com os votos e a contar com o imposto que vem dos combustíveis, a política em relação às energias alternativas tinha sido outra.

É lamentável e imoral que se veja que os sacrificados sejam todos os que gastam combustível ao contrário das empresas petrolíferas que não fazem sacrifícios. Para terminar diz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

que a privatização da GALP foi um erro, porque se assim não fosse o Governo teria outros meios para actuar em relação a um sector tão importante como é o sector dos combustíveis.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Irá fazer uma intervenção muito breve uma vez que foi provocada por estas duas últimas intervenções.

Gostaria de deixar uma preocupação relacionada com as chamadas governações à vista, que é verdade, pois ao longo de muitos anos tem havido governações à vista a todos os níveis e por outro lado a preocupação do Plano Director Municipal.

Tudo isto tem a ver com a possibilidade de, um dia, numa sessão convocada para o efeito poder-se discutir, para não continuar a navegar à vista, questões do Plano Director Municipal e do ordenamento do território e perceber o que todos têm a dizer, que reflexão é que têm a fazer, que compromissos têm que fazer e que exigências têm que fazer a nível do Governo central sobre questões relacionadas com os grandes projectos que se avizinham para o território e de grande influência não só no concelho de Palmela como em todo o distrito de Setúbal.

É evidente que está a falar no TGV, na plataforma logística, nas questões relacionadas com os grandes projectos turísticos, na terceira travessia do Tejo, porque são questões que vão influenciar de uma maneira muito significativa, nas próximas dezenas de anos, o concelho de Palmela.

Um assunto desta natureza mereceria uma reflexão estratégica desta Assembleia Municipal no sentido de analisar em conjunto preocupações que se podem levantar com estes projectos estruturantes e significativos em termos do distrito e do concelho para os próximos anos.

Concorda plenamente que as ideias de governar à vista, de governar para o imediato, de governar para a comunicação social são maléficas não só para o país mas mais concretamente para o território do concelho de Palmela. Há uma parte muito significativa dessas razões que tem a ver com os Governos centrais, mas há outra parte que tem a ver com todos os presentes que fazem parte dum conjunto de pessoas que foram democraticamente eleitas e estão a representar os interesses do concelho. Termina dizendo que por esse facto, numa só voz, terão que se pôr de acordo com questões fundamentais para o futuro da região e do concelho.

Sr. António José Santos do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em resposta à intervenção do Sr. Carlos Guinote quer dizer que no Partido Socialista já há muitos anos se habituaram a ouvir dizer que o Bloco de Esquerda seria uma sumidade se um dia chegasse ao poder e que tudo seria uma maravilha, bastando para isso ver o seu líder que é uma pessoa que tem todas as resoluções na mão.

Ainda não ouviu nenhuma palavra, das pessoas que se entendem de esquerda, face à situação difícil criada nos últimos dias pelos camionistas/patrões e para questionar a utilização dos trabalhadores da forma como está a ser feita até porque estão em causa legalidades e a liberdade das outras pessoas. Também já se habituou a ouvir que a liberdade está só de um lado quando a liberdade dos outros já não interessa e quando numa democracia a liberdade de cada um termina quando não se respeita a dos outros.

Não acredita que o Sr. Carlos Guinote não saiba desta questão, provavelmente não lhe convém é dizer que os impostos sobre o combustível não recaem sobre o preço mas sobre os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

litros que são consumidos. Por esse facto ou está mal informado ou vem para a Assembleia dizer aquilo que o partido lhe manda dizer.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, gostaria de dizer que a questão do imposto sobre o combustível não pode ser vista como o Sr. Carlos Guinote está a colocar o problema porque há muito se deveria ter convergido para outro tipo de energias. Só existe estímulo para que haja iniciativas, e investimentos, nestes domínios quando o preço do petróleo chega a um ponto tal que vale a pena entrar em força nas energias alternativas até porque são investimentos muito caros. Baixar artificialmente o preço do combustível, cortando no imposto, seria um erro completo no plano económico e também porque faria os contribuintes pagar o desaparecimento desse imposto.

Em relação à intervenção do orador anterior diz que o centro-esquerda vai falar alguma coisa e não pode deixar de se impressionar vivamente com a fragilidade das instituições portuguesas.

Imensas vezes, nos últimos três anos, tem atacado o Governo porque em sua opinião houve políticas completamente erradas, houve arrogância e péssimo tratamento da classe média.

Paradoxalmente a gravíssima crise que se instalou deveu-se a um protesto não contra o Governo mas contra os elevados preços do petróleo. A resposta a isto só pode ser dada a nível europeu e mundial com uma regulamentação capaz a nível dos mercados começando pelos mercados financeiros que, como o Sr. Carlos Guinote provavelmente sabe, são responsáveis por vinte a vinte e cinco por cento do aumento dos preços do petróleo o que é especulação pura. Haver um pequeno grupo de portugueses que procura pôr o país como seu refém e se destruam bens é uma coisa vergonhosa e é vergonhoso que todos os cidadãos, a enorme maioria, assista com uma enorme passividade. Estranha que todas as instituições estejam tão passivas o que é extraordinário.

As coisas têm que ser ditas quando é necessário dizê-las, só que a situação actual é absurda e é como haver um fenómeno natural qualquer e haver manifestações contra o Governo porque as pessoas estão aborrecidas com o fenómeno natural. Em sua opinião o Governo criou um clima propício a esta situação uma vez que fez imensos erros e exasperou a sociedade portuguesa e à mínima coisa percebia-se que iria haver um enorme buzirão. Esta reacção de um pequeno grupo de patrões/camionistas é uma reacção completamente inadequada e que não pode deixar de merecer uma severa censura de qualquer democrata, para não falar dos problemas com a exportação, a perda absoluta de produtos alimentares perecíveis num momento de escassez mundial e ainda outros problemas chocantes

Sr. José Manuel Silvério do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em primeiro lugar pergunta ao Sr. Presidente da Mesa se a Sra. Presidente da Câmara irá responder às questões que foram colocadas na sessão ordinária do dia 10 Abril que devido ao adiantado da hora foi sugerido que as respostas passassem para a sessão seguinte. Uma vez que essa sessão foi extraordinária, de acordo com o regimento, a Sra. Presidente estava no direito de não responder mas em sua opinião deverá fazê-lo hoje colocando-se desde já à disposição para no caso de não se recordar das questões por si colocadas.

Em relação à intervenção do Sr. Carlos Guinote gostaria de fazer um pequeno comentário uma vez que este Sr. Membro quase sempre acerta ao lado. Nunca houve um Governo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

tivesse investido tanto em energias alternativas como o actual quer sejam nas eólicas, onde Portugal está em terceiro lugar a nível europeu, quer na solar, com a implantação da maior central a nível europeu em Brinches e outra na Amareleja, para não falar na barragem do Alqueva, e de outras, que fazem o retorno da água para aproveitamento mais do que uma vez na energia e de formas diferentes. Nas sete barragens estratégicas para aproveitamento hidráulico, que estão para sair, tem havido por parte dos ambientalistas grande obstáculo à sua construção e o mais caricato é que o Bloco de Esquerda tem apoiado todas essas contestações. A hipocrisia tem limites porque ou querem ou não querem alternativas à energia.

Em relação à questão dos combustíveis diz que ouviu a intervenção de Carvalho da Silva que, com muita coragem, teve a iniciativa de dizer que o que está a acontecer é ilegal.

Em relação a este problema existe uma responsabilidade do capitalismo global, dos economistas, dos iluminados porque todos eles falharam. Consideraram que poderiam gerir a economia mundial apenas pela cabeça de alguns iluminados. Exemplo disso é o caso da alimentação e das quotas de mercado onde se esqueceram que os alimentos devem ser produzidos junto a cada mercado de consumo, e não serem transportados de país para país, para evitar gastos de combustíveis.

Também não perceberam que novas economias emergentes viriam a limitar rapidamente os recursos não renováveis e não se preocuparam em encontrar alternativas. Quando países como a China e Índia tiverem o mesmo nível de vida do Brasil, porque não é preciso ser o da Europa, os recursos estarão em fase final o que se prevê seja daqui a quinze/vinte anos.

Não souberam prever que cada vez mais numa sociedade moderna as pessoas não são instrumentos. No processo de desenvolvimento de qualquer economia moderna as pessoas são os protagonistas desse mesmo processo e por isso tem que haver cada vez mais diálogo e mais consenso.

Pessoalmente tem-se batido nesta Assembleia pela falta de diálogo e de consenso por parte da Presidente da Câmara, que muitas das vezes critica os outros por não terem diálogo e consenso e quase todos sabem como lida mal com o diálogo e com o consenso.

O que está a acontecer no nosso país é uma vergonha sobretudo porque não são os trabalhadores que estão a provocar toda esta situação. É do seu conhecimento que a maior pedreira de calcário de Alenquer colocou os seus quarenta camiões no estaleiro em Vila Nova da Rainha, junto aos outros camiões que lá estavam, e mandou o pessoal de férias obrigatoriamente por quinze dias senão não pagavam o ordenado no final do mês. Não se trata de nenhuma greve mas uma forma vergonhosa de manietar o país e quem estiver à espera de tirar dividendos políticos corre o sério risco de, no futuro, o feitiço se virar contra o feiticeiro. Trata-se de abrir um precedente vergonhoso no país e se houver alguém que tiver a pouca vergonha de estar de acordo com esta situação pode ser que um dia mais tarde tenha contas a ajustar.

Sr. Carlos Guinote do BE, respondendo à bancada do PS diz que Francisco Louça não é seu chefe e veio para esta Assembleia e não recebeu conselhos dele nem de ninguém. Até podia ter reunido no concelho de Palmela para discutir os problemas mas não foi isso que aconteceu.

De facto Francisco Loução é uma sumidade, um dos melhores economistas que existem em Portugal mas não tem nas mãos as soluções para tudo. Diz que quando quiserem colocar questões ao Bloco de Esquerda por saber ou não saber tudo têm que ser objectivos e dizer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

directamente o que é e quais os casos onde o Bloco não teve razão, pois só assim poderão discutir.

Gostou da intervenção do Sr. José Manuel Silvério pois está de acordo em relação aos iluminados da economia global, mas o PS está no poder há muito tempo e tem apoiado os iluminados: os PS's da Europa e do mundo. São eles que acompanham esses iluminados da economia global e não a esquerda do PS que faz esse apoio. São contra o neo-liberalismo e o PS não tem feito outra coisa senão empurrar o neo-liberalismo para a frente e o mundo a ir sempre para a direita inclusive os próprios PS's.

Em relação à liberdade de uns não poder impedir a liberdade de outros tem a dizer que a história das liberdades não está nas leis. Participou no bloqueio da ponte 25 de Abril, ainda hoje se orgulha de o ter feito, mas não estava na lei porque apesar de ter sido contra os interesses de alguns prejudicou outros.

Quanto aos combustíveis diz não ter falado na baixa do imposto, apesar de Portugal ser dos países que tem o imposto mais alto, o que disse foi que os Governos, quer em Portugal quer noutros países, cavavam em cima do imposto e não o querem alargar por causa das eleições. Uma política que não seja favorável aos impostos não passa e por isso é que se passaram tantos anos sem energias alternativas. Actualmente é que os Governos estão "com o rabo a arder" e começaram a trabalhar nessas energias. Portugal é dos países mais atrasados a nível da energia solar porque apesar de ter um ponto importante para este tipo de energia não quer dizer que a média da energia seja alta porque é das mais baixas. A Alemanha tem muito menos sol que Portugal e tem muito mais energia solar per capita. Refere ainda que não há apoios para as pessoas colocarem os equipamentos porque são muito dispendiosos e por isso optam por aquecimentos por energia eléctrica.

Outra questão que está ligada aos transportes e a esta crise é porque os Governos não têm apostado nos transportes ferroviários. Não há razão nenhuma para haver tanto camião nas estradas e provavelmente não haveriam tantas auto-estradas se a política de transportes fosse outra. Também não haveria tanta viatura ligeira nas estradas se a política dos transportes públicos fosse outra e nenhum Governo pegou neste problema.

Não tem havido solução para estes problemas porque existem grandes interesses do petróleo, dos carros e dos Governos que têm apoiado essa política errada. Quanto melhor não é fazer uma viagem descansada para Lisboa no comboio da Fertagus do que ir a conduzir. Os preços dos transportes são altos e deveriam ser mais acessíveis para as pessoas largarem os carros e também não é justo pagar-se estacionamento junto das estações de caminho de ferro porque isso não facilita o transporte público.

Em relação ao Plano Director Municipal não é por acaso que tem sido, provavelmente, a única voz que defende um orçamento participativo de outra maneira, uma democracia participativa, o saber dos planos que se propõem à Câmara com antecedência. Esta Câmara deveria saber dos planos de urbanização e daquilo que é pedido pelos promotores imobiliários para se poder consultar com antecedência porque há coisas que só sabe porque, por acaso, lhe contaram como é o caso do mega projecto para Rio Frio.

Para que a oposição possa ser uma oposição consciente deve ser informada e o Plano Director Municipal deve ser discutido e o povo deve tomar posição. Querem ouvir as populações e de acordo com os interesses da maioria estão dispostos a trabalhar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Eng^o. Fernando Nascimento do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

A sua intervenção vai ser sob a questão do petróleo e fazendo jus à sua “irreverência” nesta Assembleia Municipal vai pegar nas palavras do Sr. Dr. Bracinha Vieira para dizer que não vai para o centro-esquerda mas sim para a esquerda entre a CDU e o BE.

Falou-se de petróleo, de patrões e é verdade que esta questão é uma questão internacional, mas não se pode esquecer que os camionistas e os patrões apenas foram para a rua quando outros patrões negociaram com o Governo subsídios para o combustível. Também não se pode esquecer dos armadores que são patrões. Porque é que esses patrões têm direito a negociar com o Governo, que lhes abre um precedente, e os patrões que são camionistas não têm esse mesmo direito. Ouvia o Primeiro-ministro dizer que o interesse nacional está à frente de interesses específicos, mas o sector das pescas é um interesse específico pelo que todos os outros interesses específicos deverão ser tratados de igual modo.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação às questões que foram colocadas nesta reunião e começando pelas questões do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo gostaria, desde logo, de subscrever o entusiasmo com que se referiu à organização das Festas Populares de Pinhal Novo porque foi um acontecimento que mobilizou muito a comunidade, e não só a pinhalnovense, a avaliar pelo número de pessoas que a festa registou ao longo dos dias, foi exemplar e por isso Pinhal Novo está de parabéns.

Em relação à questão da divulgação/promoção diz que a Câmara Municipal teve durante muitos anos a responsabilidade de organizar algumas iniciativas como a Mostra de Vinhos de Fernando Pó, o Festival Queijo, Pão e Vinho assumindo toda a divulgação. Neste últimos dois anos iniciou-se a tentativa de passar para os parceiros locais a responsabilidade da organização. Isso aconteceu e assim passaram todas as responsabilidades relacionadas com a própria divulgação. No entanto a passagem completa das responsabilidades da organização não foi total como acontecia nas festas que sempre tinham nascido com outra dinâmica local. O que aconteceu quer no Queijo, Pão e Vinho, quer na Mostra de Vinhos de Fernando Pó, quer posteriormente na Feira Agrícola de Poceirão, não sendo responsabilidade da Câmara e tendo uma comissão organizadora, é que houve um pedido de apoio claro nessa área tendo sido assumido que tinham grande dificuldade em tratar dos aspectos da divulgação. Isso pesa negativamente em relação a outros aspectos do apoio da Câmara uma vez que a divulgação é contabilizada como um apoio e “desconta” em alguns dos outros apoios.

No caso concreto das Festas do Pinhal Novo, e tanto quanto julga saber, foi pedido especificamente a divulgação nos *outdoors* institucionais pelo que os mesmos foram disponibilizados.

Quer dizer ao Sr. Presidente da Junta que não é nenhuma questão de princípio nem de tratamento desigual. Será concerteza uma questão a ser considerada nos próximos anos, até porque se trata de uma experiência que resultou muito bem, e possivelmente poderá vir a ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

aplicada a todas as festas. Sendo praticada em todas as festas e sendo o seu uso em suportes que a Câmara possua, como é o caso do autocarro do Centro Histórico, e não tendo custos por esse motivo pode ser assumido pela Câmara para todas as iniciativas a par de outras que cada organização possa fazer a suas expensas.

Em relação à iluminação da Praça da Independência tem a informação do Sr. Vereador Charneira de que a Câmara vai adjudicar essa empreitada, tendo já em sua posse todos os materiais que precisam, e só não aconteceu ainda por causa do período das festas porque seria impossível concluir a intervenção até à festa.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Membro Dr. Bracinha Vieira sobre a possibilidade da Assembleia discutir o Plano Director Municipal tem a dizer que não faz sentido suscitar uma discussão pública que não seja acompanhada ou precedida de discussão nos órgãos autárquicos.

Desde o início do mandato que se tem estado em torno dum trabalho que é difícil, muito complicado e que demonstra claramente a inoperância e impossibilidade da revisão dos Planos Directores Municipais no nosso país se continuar a processar nos moldes actuais. Estão praticamente há três anos a trabalhar sobre uma coisa que é o relatório sobre o nível de execução do Plano Director Municipal que terminava em 2007.

Foram publicados estudos sobre o estado de ordenamento do território, estudos acessórios que tinham como objectivo identificar a maneira como o Plano tinha sido executado, como se tinha concretizado ao longo dos anos. Estes estudos que foram produzidos dão origem ao relatório geral sobre o nível de execução do Plano Director Municipal.

Com base nesse relatório a Comissão de Acompanhamento do PDM, na sequência de muitas reuniões longas e dispersas no tempo, fez a sua apreciação na forma de um conjunto de reparos. Reparos esses que foram imensos e o relatório ao longo destes três anos não passa da fase de discussão entre estas entidades.

Recentemente teve uma reunião com o Sr. Presidente da CCDR-LVT a quem alertou mais uma vez, já o tendo feito noutras ocasiões, para a impossibilidade de continuar a manter este ritmo de trabalho porque o Plano Director Municipal de Palmela fez dez anos no ano passado e a sua revisão começou dois anos antes do fim do período com vista a antecipar o processo de revisão.

Aproveita para informar que a Câmara Municipal da Moita foi a primeira a iniciar a revisão do seu Plano Director e está há dez anos a fazê-lo, o que é insuportável e insustentável. Não quer nem pensar que o concelho de Palmela vai estar sujeito a uma situação destas porque isso não pode acontecer. No caso de Palmela com o impacto de todos os investimentos que estão previstos para o concelho não é possível manter o Plano Director Municipal sem a sua revisão.

Em concreto estão a ser feitas reuniões internas, onde têm sido convidados alguns especialistas, porque é importante os serviços colherem as suas opiniões. Já houve sessões dedicadas aos temas da demografia, do ordenamento do território e do ambiente. Com um carácter um pouco diferente irá ser realizada no dia 26 de Junho uma reunião sobre "Desenvolvimento Económico" que ao invés das anteriores, que eram internas e tinham a participação dos Srs. Presidentes de Junta, irá ser partilhada com um conjunto de especialistas, agentes económicos e outras pessoas interessadas e para a qual os Srs. Membros da Assembleia irão ser convidados. Tudo isto são reuniões de trabalho, e debate, que pretendem colher opiniões que possam vir a ser vertidas para a proposta que será apresentada à discussão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

A Câmara Municipal está a trabalhar arduamente para concluir o trabalho interno de modo a conseguir que até final do mês de Outubro seja apresentada a proposta. Quando a proposta estiver pronta será iniciado um período de longo debate público que naturalmente começará pelas instituições. Gostaria de reforçar que, como é óbvio, não há debate público que não se inicie pela Assembleia Municipal mas acha que deve chegar a este órgão com um documento de trabalho que possa ser apresentado e que contenha as linhas mestras de forma a poder ser criticado, discutido, contestado e sobre ele serem vertidos os contributos. Foi esta a metodologia escolhida porque colher em teoria a reflexão de cada um podia ser menos produtivo.

Na sequência da preocupação com o PDM o Sr. Membro Carlos Martins colocou a questão dos grandes investimentos e que lhe parecia importante saber o que é que a Câmara Municipal teria a dizer ao Governo sobre os mesmos. Concorda com esta opinião até porque este tema já foi abordado sumariamente na sessão de 10 de Abril último, mas é possível que nessa altura os Srs. Membros não tivessem tão presente todo o debate público que tem acontecido não só a nível do concelho de Palmela mas em relação aos investimentos que estão previsto para o país e que têm impacto no concelho.

Plataforma logística - têm acompanhado de perto junto do consórcio por um lado, da Secretaria do Estado dos Transportes e das Estradas de Portugal por outro, em duas vertentes. Com a Secretaria de Estados e Estradas de Portugal na vertente das acessibilidades e das novas vias que têm que ser construídas no concelho para melhorar e permitir os acessos à plataforma logística. Há uma primeira questão que tem vindo a ser alvo de grande trabalho e discussão que é a construção da variante ao Pinhal Novo. Teve que ser encontrado um traçado alternativo, e prioritário, para construção da variante que será no lado oposto ao que se encontra definido como ideal. A variante que se encontra definida no PDM é a poente da freguesia de Pinhal Novo só que, com a construção da plataforma logística, conclui-se que no lado nascente teria que haver uma via alternativa para circular o que teria que acontecer imediatamente. As Estradas de Portugal e a Secretaria de Estado, por directiva do Governo, assumiram a construção da variante. Até à data tem sido discutido em reuniões técnicas com as Estradas de Portugal qual será o traçado da variante para que esta entidade faça os estudos necessários e elabore o projecto.

Outro tema essencial à plataforma logística, ainda do ponto de vista das acessibilidades, é as negociações com o consórcio para que este execute tudo aquilo que a Câmara Municipal considere indispensável ao restabelecimento dos acessos na rede viária local. Apesar de ser um pouco contraditório a posição da Câmara tem dois sentidos: um é identificar claramente o que tem que ser executado e outro é dizer claramente o que não pode ser executado ou seja o que não vale pena fazer, como é o exemplo de pavimentação de pequenos caminhos dizendo que são alternativas de circulação na medida em que isso irá contribuir para introduzir trânsito em vias que não têm condições para o receber.

A posição da Câmara Municipal é muito clara sendo que já está contratualizado com o consórcio o nó de entrada directa na A 12, a variante a Pinhal Novo tem que ser feita imediatamente para que suporte o trânsito que não utilizando a auto-estrada não pode ser introduzido nas estradas municipais e na EN 252 e ainda fechar claramente qualquer hipótese de saída por aceiros ou caminhos que conduzam mais facilmente a Lagameças, Cajados, Poceirão, etc., porque isso seria catastrófico para a comunidade local.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Outra dimensão da plataforma logística é aquela que tem que ver com o processo de licenciamento do investimento em si. A Câmara Municipal está a trabalhar com o consórcio no sentido de dotar os serviços municipais de meios para poderem lidar com o projecto que é invulgar no país e no concelho. O consórcio está a estudar, do ponto de vista jurídico, se a plataforma irá funcionar sobre a forma de condomínio industrial ou loteamento industrial, se os licenciamentos serão tratados individualmente por uma sociedade gestora, que é o próprio consórcio, do eventual parque industrial que será a plataforma, se serão individuais ou em condomínio.

TGV - a RAVE apresentou um conjunto de traçados alternativos e a Câmara de Palmela, outras Câmaras e outras entidades, deram o seu parecer sobre o traçado que lhe parecia mais adequado e ainda o parecer sobre as questões que pareciam claramente difíceis e que tinham que ser evitadas no concelho de Palmela. As três principais questões situam-se do lado poente do concelho ou seja: na freguesia de Quinta do Anjo, nomeadamente nas AUGI da Bela Vista e Pinheiro Ramudo; a proximidade ao perímetro urbano de Pinhal Novo ainda era suficientemente preocupante porque poderia vir a dificultar inserções da futura variante; na zona nascente do concelho a preocupação com a proximidade do espaço urbano de Poceirão e o atravessamento de vinhas.

Apesar dos pareceres enviados pela Câmara, Juntas de Freguesia, particulares, etc., e até contra a própria opinião da RAVE, a Agência Portuguesa de Ambiente veio escolher o traçado que passa mais próximo do concelho de Palmela. Deste modo existem zonas de conflito que são as AUGI na freguesia de Quinta do Anjo, na freguesia de Pinhal Novo apesar de não ser agradável não é a que tem maiores impactos no tecido urbano e nas populações, em Poceirão o impacto acontece na zona da actual linha/estação e ainda aquele que é incontornável e passa pelas vinhas. Estas questões têm vindo a ser sistematicamente reiteradas à RAVE para que tenha em conta, aquando da elaboração dos estudos e projectos, todas as soluções que possam minimizar estes impactos negativos.

Medidas preventivas do aeroporto – por ocasião da sessão extraordinária referiu, muito rapidamente, a situação de tensão com o Ministério das Obras Públicas pelo facto de ter sido pedido um parecer, com quarenta e oito horas úteis, sobre a proposta de Decreto Lei que deveria instituir as medidas preventivas.

A par doutros municípios foram muito claros em relação às reservas que levantaram, apesar de serem a favor do levantamento de medidas preventivas para um investimento desta natureza, e muito contundentes em relação a algumas críticas.

Acharam desmedidas as áreas que foram incluídas nas medidas preventivas, ou seja os vinte e cinco quilómetros de raio é a área máxima que é possível para este tipo de operações.

Por outro lado acharam que aquilo que estava a acontecer no caso do concelho de Palmela era, nas coroas mais afastadas, uma intromissão em áreas que têm a ver claramente com as questões do ordenamento do território e já não tanto com as questões de aeronáutica e de circulação em segurança dos aviões.

Colocaram as questões de fundo relacionadas com o período de gestão durante as medidas preventivas, ou seja, o facto de, na prática, os municípios ficarem completamente arredados desta competência uma vez que as outras entidades têm pareceres que são vinculativos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Levantaram algumas questões específicas do território do concelho, nomeadamente perímetros urbanos e empreendimentos em curso, e em dois casos concretos houve alterações que aconteceram no diploma devido às sugestões feitas pela Câmara Municipal de Palmela.

No essencial mantém-se o problema dos vinte e cinco quilómetros sobre os quais incidem as medidas preventivas.

Um aspecto de pormenor, mas muito desagradável, foi o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas ter acabado por conceder aos municípios um prolongamento de prazo de quarenta e oito horas e no decorrer desse prazo o Conselho de Ministros se ter pronunciado sobre o diploma que tinha produzido. Ainda com reserva de redacção, para poder colher algumas sugestões, o que é facto é que as sugestões que foram colhidas foram sugestões de pormenor uma vez que as de fundo já eram inalteráveis.

Termina dizendo que este é o ponto da situação e que junto da AMRS acompanham o grupo de trabalho que foi criado entre municípios para continuar a trabalhar sobre estas questões, nomeadamente TGV e aeroporto que são as de impacto mais abrangente.

Em relação às questões colocadas na sessão de 10 de Abril, pelo Sr. José Manuel Silvério, vai tentar reproduzi-las solicitando que a ajude a recordar ou situar.

Uma das questões tinha que ver com a escola de Poceirão e com o facto de os pais não terem sido ouvidos no projecto de integração da escola de 1º. Ciclo nas instalações da actual escola 2/3. A Câmara tem previsto um conjunto de reuniões, algumas delas deverão ser realizadas com os pais e professores desta escola, no decorrer da semana de Poceirão que vai acontecer a partir de 16 de Junho. Para além da reunião de Câmara dia 18, às 21 horas, em Lagameças, irão acontecer reuniões de trabalho pelo que a Associação de Pais será convidada e a mesma será divulgada aos pais na generalidade com convite aos professores.

Aproveita para informar que alguns projectos das escolas tiveram que ser apressados na perspectiva de aproveitar a possibilidade de candidatura ao Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN e por essa via receber participações que não seriam possíveis doutra forma. Em relação a tudo que são projectos em curso e que dependiam, ou dependem, desse instrumento foram mandados para o Ministério da Educação os termos de referência dos respectivos programas para receber validação.

Outra questão seria relacionada com esta, concretamente sobre o funcionamento da Escola das Lagameças e se as crianças seriam deslocadas desta localidade para Poceirão. Tem a dizer que neste momento não será possível responder a essa questão porque vai depender de duas coisas. Se for construído em Poceirão um centro educativo integrado com todas as valências, desde o pré-escolar ao 3º. Ciclo do ensino básico, deverá ser repensado o funcionamento das escolas existentes. Essa questão é muito vasta e não depende apenas da decisão da Câmara Municipal que não pode estar tomada no momento presente e que tem que ser construída com a comunidade. Será em função da eventual construção do centro educativo, da discussão com a comunidade educativa, dos projectos que forem aprovados, que será determinado como irá ser feita essa ocupação e distribuição dos meninos. Se esta escola for construída tal como se prevê poder-se-á contar com mais um equipamento pelo que será feita a contagem das crianças que estão no 1º. Ciclo e no pré-escolar com vista à sua reafecção pelos estabelecimentos existentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

As outras questões tinham a ver com urbanizações, uma era Vila Serena em Pinhal Novo e a outra sobre duas urbanizações em Poceirão. Diz que não tem muito clara a questão colocada sobre Vila Serena pelo que solicita ao Sr. José Manuel Silvério que relembre a questão.

Sr. José Manuel Silvério do PS, em relação à escola diz que a obra de construção já foi a concurso.

O projecto da Vila Serena inclui dois espaços verdes para parques de diversão infantil que nunca foram feitos apesar das crianças serem muitas. Ao que parece a empresa promotora da urbanização, Corrigues, por motivos de todos conhecidos não os vai conseguir fazer pelo que os moradores gostariam de saber se a Câmara os vai construir até porque é proprietária de espaços na urbanização. A outra questão tem a ver com a situação do projecto de urbanização do Poceirão, no local do antigo mercado, pelo que pergunta quem é que se precipitou a anunciar oitenta e um lotes para o local e quem se esqueceu que passava lá uma linha de água.

Sra. Presidente da Câmara, em relação à escola vai repetir o que já disse. Sendo construída a escola e quando se tiver a noção exacta de que vai estar pronta, que será no próximo ano lectivo mas não no seu início, a discussão será a nível dos serviços, com o agrupamento de escolas e será concluído em que condições irá ser feita a distribuição dos meninos. Tem que se saber exactamente quantos meninos estão no pré-escolar e que irão passar para o 1º. Ciclo e aí sim será tomada uma decisão. Neste momento não é possível saber dados exactos e em sua opinião para discutir o tema enquanto pai, educador, professor ou técnico o melhor espaço será na reunião que irá ser realizada para o efeito.

Quanto à questão da Vila Serena está a ser discutida e estudada a possibilidade de se intervir no loteamento. Isso só poderá acontecer através da declaração de caducidade do alvará pelo que se tem vindo a discutir, nalguns casos até com representantes dos moradores e outros proprietários do loteamento, tudo o que está para executar em relação às obras de infra-estruturas e se a Câmara Municipal irá assumir ou não essa intervenção. Se a mesma for assumida sê-lo-á numa lógica de prioridades e definição de urgência dos equipamentos e espaços a intervir.

Em relação ao Poceirão diz que o projecto esteve a aguardar parecer da CCDR, da parte do domínio hídrico, por causa da linha de água que atravessa o loteamento. O problema não é alguém esquecer-se duma linha de água, o problema é que as linhas de água nem sempre estão completamente visíveis ou então, no caso concreto, a solução de desenho urbano que foi encontrada, na opinião técnica dos responsáveis pelo projecto, não colidia com a linha de água e era perfeitamente enquadrável. Na opinião do domínio hídrico, depois de muito tempo para emitir parecer e das sucessivas alterações que o promotor tem vindo a fazer, o projecto ainda não está suficientemente ajustado de modo a preservar a linha de água. Existe ainda outro projecto, do qual foi destacado o terreno que deu origem à escola, que não conhece nenhuma dificuldade significativa mas sabe que estão em fase de apreciação projectos de infra-estruturas quer na Câmara quer noutras entidades.

Sr. Presidente da Mesa, informa que irá de imediato fazer um pequeno intervalo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Pelas 22,57 horas, após intervalo, o Sr. Presidente da Mesa reinicia os trabalhos. Informa que irá dar a palavra ao Sr. Carlos Guinote para um pequeno esclarecimento que julga importante.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que gostaria de fazer um esclarecimento em relação à questão anteriormente abordada sobre os painéis solares. Referiu painéis solares *per capita* quando deveria ter dito painéis solares por km² que é o correcto.

Sr. António Cardoso do PS, abandona os trabalhos pelas 22,58 horas.

Sr. Presidente da Mesa, dá início ao Período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sra. Presidente da Câmara, pede a atenção para o relatório uma vez que a introdução ao mesmo é muito sumária em relação a tudo o que foi feito no período. De imediato procede à leitura da introdução destacando os pontos mais importantes.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar. Não havendo intervenções passa de imediato ao ponto seguinte.

2 – Alteração da delimitação da área das Medidas Preventivas do Plano de Pormenor dos Bacelos

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão.

Sra. Presidente da Câmara, diz que a proposta clara tratando-se apenas de ajustar áreas de intervenção e neste caso concreto as medidas preventivas têm que se adequar à área definida como área de influência e de intervenção do plano.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir. Não havendo intervenções coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 23 votos a favor (14 da CDU, 4 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

3 – Projecto de Regulamento Municipal de Exploração de Máquinas Automáticas, Mecânicas, Eléctricas e Electrónicas de Diversão do Concelho de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão.

Sr. Presidente da Câmara, diz que gostaria de esclarecer que este regulamento é novo e até à data a Câmara Municipal geria esta competência através de regulamento herdado dos governos civis, que tinham a responsabilidade nestas matérias, e com a caducidade do mesmo houve necessidade de elaborar o primeiro regulamento municipal que agora se apresenta.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, pergunta se os recursos afectos á fiscalização municipal serão suficientes para dar cumprimento a todas estas competências que passaram dos governos civis para o município.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, gostaria de pedir um esclarecimento acerca do ponto 2 da proposta feita pela GNR, que propõe uma norma que prevê a apreensão da máquina sempre que a mesma não possuísse qualquer tipo de identificação. A Câmara Municipal de acordo com o nº. 2 do Artº. 18º. do regulamento prevê a apreensão de máquinas sempre que as mesmas não estejam legalizadas. A questão que coloca é que a máquina pode estar legalizada e não ter identificação, pelo que acha deveria ser enquadrada a questão colocada pela GNR de modo a não existirem dúvidas em relação a algum tipo de ilegalidade.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais questões a colocar passa a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, começando pela última questão gostaria de esclarecer que todas as máquinas que estão legalizadas são obrigadas a exibir um dístico que é fornecido pela Câmara Municipal e tem obrigação de ser aplicado. A Câmara Municipal achou de certo modo uma redundância essa sugestão porque não sendo visível esse dístico imediatamente a máquina seria considerada como não estando legalizada, pelo que a sua retirada deveria ser feita. Por outro lado a proposta da GNR ia mais longe e referia-se também à colocação de algo que identificasse individualmente a máquina, sendo que essa questão tem a ver com o fabricante e a máquina ao ser registada é como um carro, tem uma especificidade e uma identidade, e a única coisa que deve acrescer é a identidade conferida pelo selo que ateste o licenciamento. O projecto da Câmara Municipal inclui a proposta da GNR e não a exclui.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Em relação à questão colocada pelo Sr. Dr. Bracinha Vieira diz que devido à passagem para o município de todas as competências nesta e noutras áreas, o sector da fiscalização municipal cresceu significativamente porque estas áreas não existiam. Existem regras a cumprir, e este regulamento define-as, no que diz respeito ao afastamento de estabelecimentos de ensino, etc. e isso tudo tem que ser fiscalizado com grande encargo para as finanças municipais.

Uma das razões pelas quais na actual estrutura orgânica foi desenhada uma Divisão de Fiscalização tem um pouco a ver com a necessidade de juntar todas as áreas que passaram para a responsabilidade da Câmara, e que são cada vez mais, em matéria de fiscalização municipal. Neste momento não pode dizer que existem os recursos claramente suficientes, ou desejáveis, mas têm vindo a dotar os serviços desses recursos que não são só humanos mas também técnicos.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 23 votos a favor (14 da CDU, 4 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

4 – Projecto de Regulamento do Cemitério Municipal de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão.

Sr. Presidente da Câmara, diz que gostaria de esclarecer que se tratava de um regulamento bastante desactualizado face à legislação vária que entretanto foi saindo e que estava em vigor há mais de dez anos. Com este novo regulamento procurou-se rever o projecto com base na legislação, na experiência de vida que existe actualmente e no conhecimento que os serviços vão tendo.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, a questão que tem a colocar tem a ver com o artº. 74º. do regulamento pelo que pergunta se existe alguma ideia de quem vai realizar esta actividade, se será de venda, de produtos fúnebres ou flores, ou se há ideia de transferir para um privado. Existem casos em que os privados têm procurado entrar nesta indústria que é suculenta em termos de lucros.

Sra. Presidente da Câmara, diz que neste momento não existem quaisquer serviços privados a funcionar nesta área. Este artigo é um artigo de prudência para a possibilidade de prever alguma eventual alteração e poder incluir o desenvolvimento doutros serviços. Desde já pode informar que uma das coisas que partilharam e que o Sr. Vereador Octávio Machado, que detém o pelouro, tem acompanhado é a possibilidade de um dia se vir a ter uma unidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

cremação e a necessidade de contar com especialistas na área e que não existem nos serviços municipais. A ideia tem a ver com a possibilidade de um dia ter as condições legais para contratar especialistas.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 23 votos a favor (14 da CDU, 4 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

5 – Projecto de Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos e de Higiene e Limpeza Urbana do Concelho de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão.

Sr. Presidente da Câmara, diz que o regulamento em vigor também tem mais de dez anos tratando-se essencialmente de uma actualização que tem muito que ver com a saída de nova legislação mas mais ainda com o crescimento do concelho.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz não estar de acordo com um pormenor no artº. 12º., nº. 5. Isto quer dizer que a afixação de anúncios e publicidade tem um papel de destruição ou danificação o que não corresponde à verdade porque quimicamente os produtos de colagem não danificam os contentores.

Por outro lado espera que a CDU não entre por este caminho porque é um papel de democracia, e um lugar de excelência, os contentores servirem para a colocação de propaganda. Nos Estados Unidos da América é colada propaganda nos contentores.

Um outro aspecto que gostaria de referir não tem a ver directamente com o regulamento mas sim com a recolha de lixo. Os carros de recolha de lixo devem dar informação sobre os pontos de saturação porque é normal que as pessoas depositem lixo em locais diversos o que significa que ou não têm contentores perto, ou estão cheios.

Também se verifica claramente que existe falta de fiscalização porque cada um põe o lixo como quer e até há pessoas que não os colocam nos contentores respectivos. Em sua opinião deveria haver fiscalização para que o concelho de Palmela fosse mais limpo e para que as pessoas fossem mais cuidadosas. Em sua opinião deverá haver uma maior sensibilização das populações para a separação dos lixos. Sugere que essa sensibilização possa passar pela utilização de um cartão electrónico que seria passado cada vez que o seu detentor colocasse lixo nos ecopontos e que em contrapartida tivesse algum desconto na água ou noutra serviço. Com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

este tipo de atitude o concelho de Palmela dirigido pela CDU levantava a bandeira da inovação por proposta do Bloco de Esquerda.

Outra questão que em sua opinião é muito importante e a Câmara de Palmela devia trabalhar era na transformação dos resíduos. A melhor transformação dos resíduos não é ir para as lixeiras nas sim a biológica, pelo que este problema por razões várias devia ser agarrado seriamente. A transformação biológica através das minhocas tem como resultado um produto de superior qualidade e economicamente mais valorizado. Num processo destes não acontece o mesmo que nas lixeiras que mesmo que sejam colocadas canalizações para orientar o metano que se forma há sempre muito que vai para a atmosfera. Este processo biológico levado a cabo por um trabalho que não tem despesa resulta num resíduo final que as minhocas não transformam num máximo de vinte por cento com tendência para descer. Em sua opinião é um processo que vale a pena apostar que poderá de início trazer problemas a nível do espaço que será compensado no final.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se mais alguém quer intervir.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, diz que vai abordar uma questão mais cultural que vai equiparar aos touros de Barrancos e que consta nas proibições, mais concretamente na q), nº. 1, artº. 37º.

É típico de Palmela, no verão, pôr-se o fogareiro à porta de casa e assar uma sardinhada. Está em Palmela há trinta e oito anos e desde pequeno se lembra que a sardinhada de verão é feita à porta de casa. Em sua opinião esta cláusula devia ser tomada em conta porque gostaria de continuar a ver na sua vila típica os fogareiros à porta a assar o peixe.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz que o artº. 22º. aborda de forma bastante adequada que as operações de loteamento devem ter um certo número de requisitos em termos de recolha de resíduos sólidos. Gostaria de saber se na lógica do autor do regulamento o artº. 22º., e seguintes, se exclui a hipótese de haver soluções técnicas diferentes como por exemplo num loteamento grande haver uma solução mais moderna de recolha de resíduos sólidos por sucção a partir das próprias casas e tratamento numa estação dedicada. É evidente que esta solução não pode ser feita num loteamento de dez ou vinte fogos, mas num loteamento de mil fogos pode perfeitamente conceber-se tal como existe nas zonas norte e sul do Parque das Nações.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que gostaria de fazer uma proposta concreta em relação ao artº. 12º., nº. 5, para que fosse retirado "...incluindo a afixação de anúncios e publicidade...".

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer intervir.

Sra. Presidente da Câmara, diz que em entender da Câmara Municipal esta questão é uma consequência directa da lei geral no que diz respeito à defesa de tudo o que é material e equipamento público. A publicidade e a afixação de cartazes danificam e a interpretação que é feita é que tudo aquilo que danifica os equipamentos públicos não pode ser utilizado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que a colocação de publicidade não danifica coisa nenhuma até mesmo os contentores metálicos estão praticamente inalterados e esses sim podiam ser atacados.

Sra. Presidente da Câmara, respondendo ao Sr. Carlos Guinote diz que mesmo que não danifique no sentido mais técnico do termo, suja e agride. Toda a publicidade está sujeita a uma indisciplina que é impossível ser contrariada pelo que o simples facto do contentor, que é uma peça do mobiliário urbano, ter que estar tão limpo quanto possível e em que o dístico com a data em que foi limpo tem que ser visível. Quaisquer elementos que se misturem com isso são agressivos e poluem visualmente. A publicidade tem locais próprios para ser afixada e existem outros locais que não sendo próprios muitas vezes não são evitados. A presente cláusula tem que ser expressa e é comum em todo o tipo de equipamentos públicos.

Sr. Carlos Guinote do BE, face à explicação da Sra. Presidente retira a sua proposta.

Sr. Presidente da Mesa, gostaria de deixar um pequeno alerta. Segundo lhe parece a publicidade política é proibida por lei existindo espaços públicos próprios para o efeito.

Sr. António José Santos do PS, gostaria de saber como se desenrola na Câmara de Palmela todo o processo de lavagem de contentores.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta ao Sr. Eng^o. Fernando Nascimento se a questão que colocou também seria uma proposta ou simplesmente um comentário.

Sr. Eng^o. Fernando Nascimento do PSD, responde dizendo que era um comentário e uma proposta. Gostaria que os locais fossem melhor definidos e gostaria de continuar a ver as pessoas mais idosas com o fogareiro à porta pelo que poderia haver um regime de excepção àquilo que já existe há muitos anos em Palmela.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Sra. Presidente da Câmara, em relação à questão do Sr. Membro Fernando Nascimento tem a dizer que sendo o espírito que invoca de algum modo salutar em relação a práticas tradicionais, e que se devia aplicar a uma série de outras áreas da vida, é um princípio perigoso se for passado a regulamento. Aquilo que é a imagem bonita de um fogareiro na vila de Palmela, em zonas em que as casas são térreas e que não incomoda a generalidade dos cidadãos, pode passar a ser uma coisa extremamente incómoda na rua do lado onde existam habitações com mais pisos onde se podem gerar conflitos entre vizinhos. Por outro lado e do ponto de vista da saúde, apesar de não sentir à altura para uma discussão especializada, as famosas sardinhas não são muito saudáveis. É sua opinião que esta questão, que faz parte das tradições, não deverá ser suscitada e muito menos regulamentada. A forma como vem no regulamento salvaguarda o direito de todos aqueles que podem não querer ser agredidos com o fumo da sardinha porque tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

que ser considerado que é ou pode ser uma agressão. A prática da Câmara Municipal tem sido não “andar” atrás dos fogareiros desde que não haja queixas, no entanto existe a possibilidade de, se alguém se sentir incomodado, se poder intervir nos termos do regulamento.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, pergunta se no artº. 43º. (coimas) se poderia eventualmente destacar uma alínea isolada com um valor inferior ao que está estabelecido para contemplar a alínea q), uma vez que as pessoas que têm essa prática são as mais idosas que vivem das reformas.

Sra. Presidente da Câmara, diz que percebe essa excepção mas teria que haver um grande rigor e zelo no cumprimento para analisarem muito bem a diferença entre estar a assar no fogareiro e no carvão, que é o método tradicional, e estar a assar doutra maneira qualquer que também faz fumo mas que pode ser um sistema eléctrico. O preâmbulo do artº. 37º. é muito explícito porque proíbe actos que prejudicam o ambiente ou a higiene. É verdade que a uma certa escala o fogareiro tem problemas de higiene para além de ser uma agressão ao ambiente. Em sua opinião exceptuar esta prática tradicional é ferir um pouco o espírito do artigo.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Membro Bracinha Vieira, que tem a ver com o artº. 22º., diz que em bom rigor aquilo que é previsto é o que está regulamentado e não contempla explicitamente a possibilidade de outras soluções de tratamento que na realidade existem. No entanto o ponto 14 do Anexo I (normas técnicas) prevê que situações às quais não se possam aplicar as referidas normas sejam resolvidas pelos serviços competentes. Existem soluções que, existindo já noutros municípios, resultam de opções de recolha completamente diferentes como sejam os moloques enterrados no chão que obrigam a Câmara Municipal a ter equipamento próprio para os elevar. Deste modo o regulamento não pode ser tão aberto, tão genérico, que permita todas as soluções que qualquer loteador pretenda fazer até por uma questão estética e visual como é o caso dos moloques uma vez que a Câmara Municipal teria que estar dotada de meios para retirar estes equipamentos. As excepções referidas não estão contempladas mas podem ser estudadas caso a caso.

Quanto à outra questão colocada pelo Sr. Membro Carlos Guinote gostaria que se deixasse de falar em lixeiras porque já não existem no concelho. Infelizmente existem algumas deposições clandestinas que se podem assemelhar a pequenas lixeiras mas que são logo retiradas para não se expandirem. Actualmente a Amarsul já faz a transformação dos resíduos e comercializa o produto final que daí resulta. Refere que visitaram uma pequena empresa no concelho muito interessante, de nome Lavoisier, que está a iniciar experiências e a tratar resíduos.

No que concerne à sensibilização da população diz que é uma das áreas que consideram não ser suficiente no concelho, a par da recolha, pelo desfasamento que existe entre o crescimento do concelho e o crescimento dos serviços em concreto nesta área. Até ao momento tem sido impossível controlar os despejos descontrolados que existem em vários locais e não há fiscalização que resista. Em sua opinião não deverá haver nenhuma norma ou penalização que impeça a colocação de resíduos em qualquer contentor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Carlos Guinote, diz que na questão que colocou não se queria referir a nenhuma penalização mas sim um controle feito pelos próprios funcionários para saber onde é que há falta e onde não há.

Sra. Presidente da Câmara, diz que a Câmara tem a informação referida pelo Sr. Carlos Guinote e inclusive a informação sobre a adequação dos circuitos ao ritmo com que os contentores se enchem. O que ainda não têm é capacidade de aplicar o *just in time* ou seja o contentor está cheio e o despejo seria imediato, porque isso não é possível. Há contentores que enchem a um ritmo que, apesar de ser conhecido, não pode ser evitado como é o caso do ritmo das obras ou seja contentores que são cheios com materiais de obras que apesar de serem limpos diariamente estão sempre cheios. É possível continuar a investir na área, aumentando a recolha e diminuindo a probabilidade dos contentores estarem cheios.

Em relação à selecção dos lixos feita individualmente diz que todos têm a ganhar e desde logo pela prática e hábito dos que estão ao lado, dos mais jovens, e assim se vai caminhando aos poucos para uma fase da sociedade em que as pessoas estão globalmente mais sensibilizadas. Continuando a haver quem faça muitas asneiras, também já há muita gente que tem o hábito e a prática de seleccionar os resíduos. Quando se diz que lixo puxa lixo, neste caso é ao contrário porque limpeza puxa limpeza e os cuidados puxam cuidados. Actualmente as crianças têm práticas completamente diferentes e são os primeiros a chamar a atenção de quem não procede com determinados cuidados. Pode demorar mais dez anos mas o nosso exemplo irá dar frutos.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, gostaria de saber se o documento tem que ser aprovado na generalidade ou se poderá sê-lo na especialidade, ou seja se poderá haver alguma votação diferente alínea a alínea.

Sr. Presidente da Mesa, diz que não sabe se será possível votar artigo a artigo e se será obrigatório.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, diz que uma proposta desta natureza só pode ser aprovada ou rejeitada. Caso seja rejeitada o executivo municipal tem que se debruçar novamente sobre a mesma.

Sr. Presidente da Mesa, diz não ser possível ser votada artigo a artigo.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que a questão da votação artigo a artigo só faria sentido se houvesse uma divergência muito grande, porque para questões de pormenor seguiriam o seu exemplo e abandonariam a proposta.

Em relação à queima de carvão diz que é a pior coisa que se pode fazer porque se transforma em gases e uma parte fica nos alimentos o que é muito mau para a saúde.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria com 19 votos a favor (14 da CDU, 4 do PS e 1 do BE) e 4 abstenções do PSD. Aprovado em minuta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, apresenta declaração de voto dizendo que o Partido Social Democrata está de acordo com a substância do regulamento pelo que a abstenção é simbólica apenas porque acham que não deve haver regulamentos que restrinjam a liberdade mais do que é necessário.

Isto vem a propósito do artº. 37º. (Proibições) uma vez que existem dois tipos de actos que se podem considerar ilícitos, ou sejam actos que tenham em si um resultado danoso e actos que apenas suscitem um risco, ou perigo, de haver um resultado negativo. No Direito Penal existem os crimes de perigo e os de resultado, e o que se está aqui a impedir é o resultado danoso fundamentalmente. O artº. 37º. no seu preâmbulo começa, e bem, a dizer: "... *Que na área do município de Palmela, em qualquer lugar público ou privado, é proibido o abandono de resíduos....*" que é o mais importante de tudo. O ciclismo é uma óptima actividade das mais desenvolvidas do concelho, nomeadamente na área do parque natural, só que por vezes as estradas de terra batida por onde passam os seus adeptos estão cheias de embalagens de iogurtes, garrafas e outras, que por falta de civismo são deixadas por esses locais. Trata-se de uma actividade óptima mas com um resultado negativo e prejudicial ao ambiente.

Noutros casos podem haver actividades que teoricamente pudessem provocar alguma consequência negativa mas que por serem tradicionais as pessoas limpam tudo, como nos pic-nics.

Em relação à alínea q) deste mesmo artigo diz que o confeccionar refeições pode trazer algum perigo mas tomar refeições apenas parece-lhes excessivo.

Sr. Presidente da Mesa, diz que votou a favor mas está de acordo com o ponto de vista do Sr. Dr. Bracinha Vieira.

6 – Desafecção do domínio público de parcela de terreno a favor da União Social Sol Crescente para construção de Centro de Dia em Águas de Moura

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sr. Presidente da Câmara, diz que a proposta é clara pelo que irá aguardar pedidos de esclarecimento.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, em nome da bancada do Partido Socialista diz que, para abreviar a discussão, os três pontos que irão ser abordados de seguida deveriam ser só um pois trata-se de analisar os mapas dos equipamentos sociais do concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Aquando da sua intervenção sobre os projectos estruturantes que estão previstos para o concelho a Sra. Presidente focou, e muito bem, as questões relacionadas com a parte infra-estrutural mas não referiu um aspecto para si muito significativo que é o aspecto relacionado com as pessoas. Estes projectos estruturantes vão trazer para o território do nosso concelho nos próximos anos um crescimento significativo no número de pessoas que será um aspecto a reflectir. As questões de que irá falar serão mais pontos de reflexão do que propriamente críticas àquilo que aqui está em discussão.

O tema dos equipamentos sociais é fundamental para o nosso território em termos de estruturação e articulação com os projectos estruturantes que aí vêm. Reflectindo à volta das três propostas o que está em causa é o problema da carta dos equipamentos sociais para o concelho que é urgente ser feita a exemplo do que sucedeu com a carta educativa.

No que ao Partido Socialista diz respeito não estão em causa as aprovações que aqui são propostas e por isso irão votar favoravelmente qualquer uma delas. O que está em causa é a qualidade das propostas e a sua fundamentação, e sobretudo o defender a possibilidade de concretização. Que tudo o que é aqui proposto não seja feito na base do oxalá mas que seja qualquer coisa que venha bem fundamentada para que se possa cumprir em passos seguintes a dar a estes procedimentos. Só assim é que entende que, em termos da gestão do concelho, se está a prestar um serviço bom e rigoroso às populações.

O que está em causa é o afectar terrenos para beneficiar a União Social Sol Crescente em Águas de Moura, a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bº. dos Marinheiros em Quinta do Anjo e o projecto do Lar Residencial para crianças e jovens portadores de deficiência em Pinhal Novo de iniciativa da Fundação COI.

Em todas as propostas verificam-se referências de um modo bastante avulso ao diagnóstico social do concelho de Palmela, bem como desejos prioritários do Conselho Local de Acção Social de Palmela e necessidades detectadas para a rede social de Palmela, mas nada vem consubstanciado em termos de dados. São referidos os grupos sociais que existem no concelho mas nada revela fundamentação vinda destas áreas de intervenção a nível social. Embora tenham uma sustentabilidade diversas as propostas não estão suficientemente sustentadas nas áreas focadas, são afloradas mas não existem dados concretos em termos estatísticos de população idosa, crianças e jovens ou pessoas portadoras de deficiência.

As três propostas em causa são de alguma maneira desiguais e tratam exclusivamente da desafecção de terrenos.

Em relação à proposta de Águas de Moura diz tratar-se de um Centro de Dia, vem acompanhada de um relatório de avaliação à semelhança das outras, mas questiona-se que integração terá este equipamento na rede de Centros de Dia do concelho, quantos existem e que articulação existe entre eles.

Quanto ao Bairro dos Marinheiros a desafecção destina-se a construir um Centro de Dia e de Convívio que são duas valências completamente diferentes. Parece-lhe insuficiente a área a ceder para este equipamento em comparação com a área do equipamento de Águas de Moura. Por outro lado neste caso também se verifica a falta de desarticulação com outras valências, porque ao fazer-se este equipamento para uma determinada comunidade deveria pensar-se em articular com outras necessidades que as comunidades a nível local possam ter. Tudo isto tem a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ver com a rede de equipamentos que devem ser integrados na comunidade e terem valências diversas.

Tanto num caso como noutro, do ponto de vista da formalidade, os serviços justificam as propostas mas não descrevem duma maneira mais substantiva o que se pretende para cada um dos equipamentos, que outros equipamentos existem à volta relacionados com a saúde, escolas e tempos livres. Em sua opinião valeria a pena fazer este tipo de avaliação.

No que respeita ao Lar Residencial para crianças e jovens portadores de deficiência, parece-lhe um projecto de importância muito significativa para o concelho. Este projecto que tem a ver com a preocupação de atender crianças e jovens portadores de deficiência parece-lhe um assunto muito sério e extremamente positivo.

Dadas as características deste projecto existem várias questões que devem ser muito bem pensadas e têm a ver com: centralidade, não significando que não esteja bem em Pinhal Novo, porque para se rentabilizar um equipamento destes tem que existir acessibilidades e transportes para que funcione; articulação com as famílias; profissionais qualificados para trabalhar no equipamento; articulação com as escolas; articulação com centro de saúde; articulação com outros apoios de ponto de vista social.

Gostaria de realçar que, ao contrário das outras, esta proposta encontra-se muito bem elaborada e consubstancia aquilo que o Centro de Ocupação Infantil pretende fazer do Lar Residencial dando a conhecer os objectivos essenciais que o mesmo deve ter. Outro objectivo significativo é que esta associação necessita deste terreno porque também se candidatou ao Programa Pares, ou seja este projecto está cosido porque existe substância no que se pretende fazer.

Termina dizendo que o Partido Socialista está de acordo com as três propostas mas deixa o alerta do ponto de vista da qualidade da apresentação das mesmas e da sua viabilidade. Não pode crer que sejam aprovadas cedências de terrenos para equipamentos sociais, que são importantes no mapa da rede social, e posteriormente se venha a verificar que eles não tenham viabilidade ou sustentabilidade e não venham a ser possíveis. Quer que sejam possíveis e para o serem o trabalho a ser feito à volta destes equipamentos sociais tem que ser sustentado numa visão global, estratégica para o território e para o concelho.

Sr. Presidente da Mesa, apesar de não estar contra a intervenção do Sr. Eng^o. Carlos Martins chama a atenção para que a discussão das propostas seja feita individualmente. De imediato pergunta se mais algum Membro pretende intervir neste ponto.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz estar de acordo com a intervenção do Sr. Eng^o. Carlos Martins uma vez que é preciso saber o porquê da necessidade do equipamento, quem tomou a iniciativa, quantas pessoas irão ser envolvidas, etc., para se poder formalizar uma necessidade.

O Bloco de Esquerda tem a tendência para não se opor a projectos deste tipo, de cariz social, pelo que irão votar favoravelmente.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, diz que o Partido Social Democrata relativamente ao cariz social e pelos vários aspectos já referidos votará favoravelmente as três propostas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Apesar da votação ser individual a sua intervenção focará as três propostas em discussão. No entanto não gostaria de deixar de dizer, relativamente à intervenção do Sr. Membro Carlos Martins, que todas as dúvidas e questões que foram colocadas, e têm toda a pertinência e relevância, muito dificilmente são discutidas e debatidas ao momento da proposta e em cima da mesma. É precisamente aí que deviam entrar as Comissões Permanentes, que não funcionam, reunindo quer com os vereadores do pelouro quer com os responsáveis técnicos e analisando as propostas com tempo. Todas as dúvidas que têm razão de ser são prejudicadas por um mau funcionamento da Assembleia e de quem sistematicamente continua a inviabilizar as Comissões não as convocando.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta de há mais intervenções.

Sr. Faustino Santos do PS, congratula-se com a cedência do terreno à União Social Sol Crescente de Marateca por dois motivos. Desta forma torna-se possível realizar uma aspiração desta instituição pela qual sempre têm lutado que é a edificação de raiz da sua sede para execução do trabalho a que se dedicam – Centro de Dia. Por outro lado, embora a doação seja hoje aqui formalizada, a população de Marateca sempre soube, e sempre entendeu, que aquele terreno iria ser cedido pelo facto de ter havido conversações anteriores com a família Tavares.

Gostaria de chamar a atenção para outros factos sobre esta questão que de imediato irá ter oportunidade de os referir.

Na reunião da Comissão de Toponímia, realizada há alguns meses, apresentou um projecto para atribuição do nome de ruas no bairro da Aldeia do Sobreiro Grande que não foi aprovado e até foi contestado por alguém porque não estava previsto no regulamento. Este regulamento só prevê dar nomes de cidadãos nacionais a pessoas que se notabilizaram no concelho de Palmela. Por desconhecimento do resto da Comissão esta família não se notabilizou, nem se irá notabilizar no concelho de Palmela, porque é originária do Montijo. O que é certo é que se notabilizou na freguesia de Marateca, mais propriamente em Águas de Moura, e não é só pela cedência do terreno que hoje é aqui feita mas também porque esta associação já está instalada provisoriamente, há cerca de seis anos, num terreno também da propriedade da família Tavares.

A população da Marateca deve muito a esta família e pode garantir que nos onze anos que está à frente da Junta de Freguesia sabe do quanto eles têm valido em diversas situações. Naquela altura ficou muito aborrecido porque um desconhecimento acerca do concelho levou a que, de uma forma leve e sem sentimentos, se dissesse que o projecto não obedecia ao regulamento e não podia ser aprovado. Comunicou o sucedido a todas as pessoas que têm lutado pelo bem-estar da freguesia e, apesar de não estarem aprovados, manteve os nomes nas ruas porque já estavam colocados.

Termina dizendo que espera, numa próxima reunião da Comissão de Toponímia, propôr os mesmos nomes com uma cadência de informação muito maior.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções passa a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sra. Presidente da Câmara, começando pela questão trazida pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marateca gostaria de clarificar que, sem tirar nenhum mérito nem nenhum papel de boa vontade que a família Tavares teve, o terreno em causa veio à posse da Câmara Municipal através de cedência por uma operação de loteamento que esta família desenvolveu. Esclarece que não estão a dar nada a ninguém mas a cumprir com uma exigência legal. O mesmo é válido para todos os promotores, ou proprietários de terrenos, deste concelho nos quais se desencadearam operações de loteamento e que são obrigados a ceder terrenos para equipamentos públicos.

Compreende que a relação local entre a comunidade e a família possa ter algum afecto, que naturalmente terão oportunidade de mostrar e perpetuar para o futuro, mas não do ponto de vista da cedência do terreno. No momento não está em condições de informar se foi cedido mais do que eram obrigados ou não, mas mesmo que o tivessem feito cederam-no no âmbito de operação de loteamento.

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Junta diz que este esclarecimento é muito importante mesmo do ponto de vista da comunidade local.

Sr. Faustino Santos do PS, gostaria de dizer que a família Tavares possibilitou o crescimento de Águas de Moura ao fazer o loteamento uma vez que acedeu a um pedido da população que realizou reuniões a nível local. Gostaria de dizer que esteve fora de todo este processo não tendo participado nas reuniões.

Sra. Presidente da Câmara, diz que mesmo que essa situação tenha acontecido uma coisa completamente diferente seria não ter havido nenhuma operação de loteamento e a família Tavares ter doado à terra, directamente à associação, à Junta ou à Câmara Municipal, uma parcela de terreno com esta área ou outra qualquer. Podem ter tido muito boa vontade porque acederam aos pedidos da comunidade fazendo um loteamento mas também tiveram os ganhos.

Em relação à questão não ter sido considerada adequada pela Comissão de Toponímia diz que o nome da família pode ser perpetuado doutras formas e pode apresentar novamente a proposta.

Apesar do Sr. Presidente da Assembleia ter dito, e bem, que a discussão das propostas deve ser feita individualmente gostaria de fazer um comentário genérico porque a intervenção do Sr. Membro Carlos Martins abordou questões comuns às propostas.

Em primeiro lugar estes temas são obrigatoriamente discutidos no Conselho Local de Acção Social. Estes processos quando são transformados em projectos passam, e já passaram, pelo Conselho Local que se orienta pelo plano de desenvolvimento social de 2004 e que está a ser actualizado através do diagnóstico. O Conselho Local de Acção Social produz nas suas reuniões regulares muita reflexão, pelo que está aberto à discussão no seu seio uma vez que a Assembleia também lá está representada.

Nem sempre aquilo que são as decisões e as propostas do Conselho Local de Acção Social são tidas em consideração e têm consequente desenvolvimento, nomeadamente através das aprovações doutras entidades.

Em concreto o Conselho Local de Acção Social apontou como eixo prioritário para o desenvolvimento de projectos no concelho de Palmela tudo aquilo que tem que ver com a área



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

dos idosos. Este eixo é definido para o concelho e para a península de Setúbal porque se considera haver carência deste tipo de equipamentos em toda a península. Aconteceu que num pacote de candidaturas feitas por instituições do nosso concelho, que foram hierarquizadas dentro do Conselho Local de Acção Social e dirigidas à área prioritária dos idosos, uma instituição muito carenciada e com uma necessidade gritante não viu a sua candidatura aprovada pelas instituições competentes e não pode avançar com o projecto de Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, etc. Em contrapartida na mesma leva de candidaturas ao Programa Pares, não sendo prioritário, foi aprovado um equipamento com destino à infância. A justificação dada foi que o número de projectos que foram apresentados na área dos idosos, e reuniam condições, não era suficiente para esgotar os recursos existentes. Não percebe que essa seja a estratégia correcta uma vez que estão identificadas as prioridades e as carências quer a nível do concelho quer a nível da península. A seu ver deveriam, por todas as vias, ser reformulados os projectos destinados a idosos para colherem candidaturas e apoios nas áreas estratégicas.

Havendo grande articulação interna, e o Conselho Local de Acção Social foi absolutamente unânime nas escolhas, esta unanimidade não tem consequência directa nas instituições que melhores condições técnicas têm para apresentar projectos e ver candidaturas aprovadas.

Esta questão remete para outras das questões que foi a diferença entre uma proposta e as outras duas. Quer no plano de desenvolvimento social quer no diagnóstico estão identificadas as necessidades numa óptica do crescimento que se prevê para o concelho e o número de pessoas que irá aumentar.

Nesta fase temos propostas com duas realidades diferentes, uma que é a da Fundação COI e que tem um projecto aprovado. A Câmara Municipal tinha cedido um terreno para um projecto que foi aprovado para a Fundação COI, que com base no seu projecto forneceu elementos que permitem trabalhar a proposta numa forma mais completa e concreta.

Ao contrário as outras duas instituições estão ainda em processos de candidatura, sendo que a de Marateca se encontra a funcionar de forma precária há muitos anos propondo-se desenvolver a mesma actividade mas substituindo as instalações. No que se refere ao caso do Bairro Alentejano trata-se de uma instituição que vai iniciar a sua actividade nesta área, pelo que prevê duas funções claramente diferentes mas necessárias e consideradas indispensáveis. Junta-las na mesma instituição permite a rentabilização de custos e até partilha de recursos comuns, nomeadamente em termos do equipamento. Esta é a diferença principal entre as propostas uma vez que têm níveis de desenvolvimento e de trabalho diferentes por parte das instituições.

Gostaria de acrescentar que são instituições com dimensão completamente diferente. A Fundação COI é uma empresa com significado, com número de trabalhadores e técnicos muito expressivo enquanto que as outras duas instituições são infinitamente mais pequenas e com menos recursos.

Um dado importante que gostaria de sublinhar é que quer a instituição no Bairro dos Marinheiros quer a de Águas de Moura estão em duas zonas limites do concelho sendo as únicas instituições a intervir nesta área.

No que respeita à questão da centralidade e qualificação dos profissionais, diz não haver a menor dúvida que está numa zona do concelho que é centro na península e isso foi equacionado pela segurança social na avaliação global do projecto. Este projecto não é só para o concelho porque a instituição tem a vocação de servir necessidades identificadas na península. Quanto à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

questão da qualificação dos profissionais diz não ter a menor dúvida que a segurança social na gestão do equipamento, na sua certificação e aprovação vai exigir, fiscalizar e acompanhar a instituição.

Termina dizendo que são três equipamentos muito importantes e indispensáveis para o concelho.

Sr. Presidente da Mesa, diz que foi inevitável conduzir a discussão em conjunto das três propostas, pelo que pergunta se há mais alguma questão a colocar.

Sr. José Manuel Silvério do PS, refere que a Sra. Presidente disse que estava a ser elaborado um plano seguindo a lógica. Em sua opinião é uma lógica muito lenta porque, dos treze concelhos do distrito de Setúbal, Palmela é o único concelho que não tem a carta social aprovada.

Pergunta à Sra. Presidente se não sabe que há mais de um ano houve concelhos no distrito que ao abrigo do Programa Pares fizeram contratos com várias instituições na chamada 1ª. Fase.

O concelho de Palmela não conseguiu nada porque não tinha a carta social aprovada, e continua sem ter, o que é acima de tudo um grave prejuízo para as populações do concelho.

Neste momento já há concelhos no distrito de Setúbal que vão numa 2ª. Fase do Programa Pares e com isto se vê que a lógica da Sra. Presidente é muito lenta como o caracol.

Sra. Presidente da Câmara, pede para usar da palavra dizendo que se vai dispensar de comentar da mesma maneira como o Sr. Membro da Assembleia intervém, limitando-se a responder que deve estar a fazer alguma confusão entre carta social e diagnóstico/plano social.

Informa que o concelho de Palmela tem projectos aprovados no âmbito do Programa Pares e se não teve outros foi porque nalguns casos foram recusados pelas instituições por razões técnicas.

Lamenta que a lógica do concelho não corresponda à do Sr. Membro, mas em democracia às vezes é assim.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 23 votos a favor (14 da CDU, 4 do PS, 4 do PSD e 1 BE). Aprovado em minuta.

7 – Desafectação do domínio público de parcela de terreno a favor da Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum Membro pretende intervir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Não havendo intervenções coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 23 votos a favor (14 da CDU, 4 do PS, 4 do PSD e 1 BE). Aprovado em minuta.

8 – Desafecção de parcela de terreno sita em Pinhal Novo para construção de Lar Residencial destinado a crianças e jovens portadores de deficiência

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro pretende intervir.

Não havendo intervenções coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade com 23 votos a favor (14 da CDU, 4 do PS, 4 do PSD e 1 BE). Aprovado em minuta.

Celeste Oliveira do PSD, apresenta declaração de voto dizendo que em 25 de Setembro de 2007 a bancada do PSD, relativamente ao projecto da Fundação COI, deu os parabéns à fundação pela sua coragem e pela iniciativa de apresentar um projecto desta natureza que seria uma mais valia para a freguesia e para o concelho. No entanto absteve-se na votação por ter alguma dificuldade em perceber que o terreno destinado à construção deste equipamento fosse o terreno do circuito de manutenção. Foi essa a única razão da abstenção porque estiveram sempre a favor do projecto.

Neste momento votam a favor e aproveitam para dar os parabéns à Câmara Municipal pela disponibilidade em ter arranjado um novo terreno que ao ser vantajoso para a Fundação COI será vantajoso para a freguesia e para concelho. Tal como disse o Sr. Membro Carlos Martins trata-se de um projecto fundamental, bem organizado e que teve a capacidade de conseguir manter o espaço verde tão essencial.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 00,30 horas do dia 12 de Junho de 2008, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 12 de Junho de 2008